UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

***CAMPUS* ERECHIM**

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DENISE BARRETO DOS SANTOS

CATADORES DE RECONHECIMENTO:

a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN – Erechim/RS

Erechim

2017

DENISE BARRETO DOS SANTOS

CATADORES DE RECONHECIMENTO:

a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN – Erechim/RS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, para a Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Erechim*, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Professor orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Erechim

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Santos, Denise Barreto dos
Catadores de Reconhecimento: a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN Erechim/RS/ Denise Barreto dos Santos. -- 2017.
36 f.

Orientador: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Sociais, Erechim, RS, 2017.

1. Reconhecimento. 2. Trabalho. 3. Catador de material reciclável. 4. Associação. 5. Cidadania. I. Silva, Luís Fernando Santos Corrêa da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DENISE BARRETO DOS SANTOS

Título: Catadores de reconhecimento: a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN - Erechim/RS.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Luís Fernando Correa da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 15/12/2017

Banca examinadora:

Prof. Luís Fernando Correa da Silva

Prof. Cheila Basso

Prof. Thiago Ingrassia Pereira

Dedico este trabalho aos trabalhadores da ARCAN, que muito me ensinaram sobre reconhecimento, respeito e valorização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família que foi fator determinante para a minha entrada na Universidade. Sem o incentivo e apoio dos meus familiares, este sonho não teria se realizado.

Agradeço também, a todos os professores que ao longo do curso foram fundamentais no processo de ensino-aprendizagem e mesmo quando o cansaço e o desânimo batiam, nos incentivaram a não desistir. Minha gratidão aos colegas e amigos que fiz ao longo da graduação.

Meu muito obrigado ao meu orientador, professor Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, pelo seu esforço em me ajudar na construção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN de Erechim / RS, de modo a compreender se os mesmos se percebem inseridos e valorizados na sociedade local. O estudo comparou dados da observação participante e entrevista semiestruturada, com os estudos de teóricos que explicam a importância do reconhecimento para o desenvolvimento social do ser humano. Além disso, o estudo trouxe aspectos históricos da trajetória da cidadania no Brasil e porque ela não abrange a todos os brasileiros. A pesquisa mostrou que mesmo enfrentado diariamente muitas dificuldades, os catadores encontram no trabalho em grupo e na consciência ambiental, o impulso necessário para continuar lutando pela valorização e reconhecimento do seu trabalho pela sociedade erechinense.

Palavras-chave: Reconhecimento. Trabalho. Catador de Material reciclável. Associação. Cidadania.

ABSTRACT

This work aims to investigate the extent of social recognition of recyclable material collectors of ARCAN, from Erechim / RS, in order to understand whether they see themselves inserted and valued in the local society. The study compared data from participant observation and semi-structured interview with the theoretical studies that explain the importance of recognition for the social development of human beings. In addition, the study brought historical aspects of the trajectory of citizenship in Brazil and why it does not cover all Brazilians. The research showed that when facing many difficulties daily, the collectors find in group work and in the environmental conscience the necessary impulse to continue fighting for the valorization and recognition of their work by the society of Erechim.

Keywords: Recognition. Work. Collector of Recyclable Material. Association. Citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....09

1 RECONHECIMENTO SOCIAL.....12

2 CIDADANIA E ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO.....16

3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARCAN.....22

3.1 CATADORES DE RECONHECIMENTO.....26

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....32

REFERÊNCIAS.....34

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....36

INTRODUÇÃO

O lixo sempre existiu. Segundo Eigenheer (2009), estudos arqueológicos afirmam que na pré-história já se queimava lixo para eliminar o mau cheiro e se colocavam ossos e cinzas em locais pré-determinados. À medida em que as sociedades se desenvolvem, a quantidade de lixo também aumenta. Na Idade Média, surgiram os primeiros serviços de coleta de lixo, no entanto, foi durante a Revolução Industrial, que a quantidade de lixo aumentou consideravelmente, causando preocupação com a higiene das cidades. Com isso, foi necessário se pensar maneiras de amenizar os problemas dos bairros nobres e operários.

Na segunda metade do século XX, o problema do lixo não era apenas de descarta-lo longe das cidades. A preocupação era onde e como se livrar do lixo (inclusive industrial), sem prejudicar o meio ambiente, já que até então, EUA e Europa descartavam grande parte de seu lixo nos mares, rios e áreas limítrofes. O lixo que até então era apenas material orgânico, agora passa a ser radioativo, eletrônico, industrial, químico, etc. Entretanto, tão antigo quanto o lixo, é o fato de que, quem sempre exerceu este tipo de trabalho foram os excluídos sociais como: prisioneiros, mendigos, estrangeiros, prostitutas, escravos, etc. (EIGENHEER, 2009)

Esses grupos surgem à medida em que há um acúmulo cada vez maior de lixo produzido por uma sociedade capitalista altamente consumista, paralelamente a um cenário econômico com condições precárias de emprego e informalidade crescente. É nesse contexto que a catação e a reciclagem passam a se constituir em atividades vistas como últimas possibilidades de sobrevivência para setores sociais de baixa renda em países em desenvolvimento (MARTINS, 2004). Ainda segundo Martins (2004), em virtude de um meio de sobrevivência historicamente precarizado, esses catadores/recicladores acabam ficando de fora das políticas de inclusão social e sofrendo preconceitos diversos, a ponto de eles mesmos se tacharem como uma categoria com características sub-humanas.

Num cenário em que a questão ambiental se apresenta atualmente como foco de grandes discussões e preocupações sociais, é necessário condições para que as pessoas que trabalham como catadores de materiais recicláveis sintam-se valorizadas. Embora a criação de cooperativas e associações de recicladores tenha amenizado a situação, ainda é possível perceber que estes grupos vivem isolados e

excluídos da sociedade. Mesmo estando eles, realizando um trabalho tão importante principalmente para as futuras gerações, percebe-se que ainda são confundidos por muitos com a matéria prima da qual extraem sua sobrevivência. Isso faz com que sua auto-imagem reflita o estigma dos “não sujeitos” ou “pré-cidadãos” (FESTIVAL do Lixo e Cidadania, 2004).

A maioria da sociedade nem mesmo sabe o que acontece com o lixo que é descartado e esse lixo vem crescendo desordenadamente, resultado de uma sociedade capitalista que privilegia a esfera do consumo. Segundo dados da secretaria do meio ambiente de Erechim, cerca de 8 toneladas de lixo reciclável são recolhidos todos dias na cidade. E é para as associações de reciclagem que este lixo é enviado. Entre elas, está a ARCAN (Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza) de Erechim/RS, objeto de pesquisa neste estudo, que pretende responder: Qual a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN?

Com o tema trabalho e reconhecimento social, este trabalho tem como objetivo geral:

Investigar a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN, de modo a compreender se os mesmos se percebem inseridos e valorizados pela sociedade local.

E como objetivos específicos: a) Conhecer a realidade desses trabalhadores; b) Descobrir como eles compreendem o trabalho social que desempenham; c) Compreender o que mudou depois da coleta seletiva do lixo; d) Saber como eles esperam ser tratados pela sociedade erechinense.

Foi realizada a observação participante, além de entrevistas semiestruturadas com nove associados da ARCAN o que possibilitou um maior envolvimento com o grupo pesquisado. Com os estudos do professor Dirceu Benincá e de outros autores, através do referencial teórico, foi possível estabelecer uma relação entre o objeto de pesquisa e os estudos já realizados. Procurei investigar como os associados da ARCAN percebem suas condições de trabalho e como percebem sua dimensão de autorreconhecimento, para compreender se estes se sentem ou não, inseridos na sociedade.

Para procurar responder ao problema apresentado, foi utilizado nesta pesquisa a análise de conteúdo em que são descritos e analisados o conjunto dos dados

coletados. Para Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Optei por essa metodologia por entender que as condições de vida e trabalho destas pessoas são muito difíceis, por isso, presenciar essa realidade seria muito importante para compreendê-la em todas as suas dimensões. É necessário compreender as várias particularidades dos indivíduos envolvidos para contribuir no processo de mudança na sociedade.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, tento problematizar o conceito de reconhecimento, através de autores que explicam a importância do tema para o desenvolvimento do ser humano. O segundo capítulo trata da trajetória da cidadania no Brasil e porque ela até hoje, não abrange a todos os brasileiros. No terceiro capítulo apresento a contextualização da ARCAN, com aspectos teóricos que “justificam” a presença destes grupos na periferia das cidades e a parte empírica do trabalho. Nas considerações finais o trabalho é retomado em seu conjunto e são apresentados os principais resultados da pesquisa.

1. RECONHECIMENTO SOCIAL

Em um contexto historicamente desigual, os indivíduos buscam se destacar em relação aos demais. O homem primitivo já buscava através da força ou da liderança intelectual, alcançar um lugar de destaque em seu meio social. Segundo Michelotti (2006), a noção de igualdade alimentou “as revoluções democrático-burguesas que se instalaram no continente europeu a partir do século XVII” (p.24) e de certa forma asseguraram uma igualdade de direitos entre os indivíduos. No entanto, foi no decorrer do século XX, principalmente após a Segunda Guerra, que essa noção de igualdade impulsionou os grupos sociais economicamente desfavorecidos a reivindicarem acesso aos direitos sociais, pois, calçados de uma influência marxista, reconheciam que somente a liberdade, não era suficiente para a obtenção de uma sociedade justa e igualitária. “A noção de igualdade foi o *leitmotiv*[1] a animar as lutas sociais que, ao longo do século XX, foram sendo travadas por grupos economicamente desfavorecidos que reivindicavam acesso aos direitos sociais” (MICHELOTTI, 2006, p. 24).

Essas lutas sociais acabaram disseminando a ideia de que o livre mercado não daria conta de reduzir as desigualdades, como se acreditava anteriormente. Isso só poderia ser possível através da criação de políticas públicas sustentadas pelos Estados. Estabelecia-se assim, “[...] o argumento que serviu para que um grande número de países ocidentais pusesse em prática medidas de caráter social que vieram a desembocar em diferentes regimes de *Welfare State”.* (NEVES, 2002, apud MICHELOTTI, 2006, p.24)

Estes regimes de Bem-estar Social foram responsáveis por promover um Estado provedor de leis que garantiam, segundo Michelotti (2006), dentre outros benefícios, a previdência social e a assistência social. Quando o acesso aos bens materiais e a diminuição das desigualdades passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas de determinadas sociedades, principalmente europeias, naqueles chamados “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, as lutas sociais passam a não apenas reivindicar

---

[1] Motivo condutor (dicionário online de português, acesso em 05/11/2017. Disponível em: https://www.dicio.com.br/leitmotiv/)

uma igualdade de distribuição de poder e renda. Surgem então ente as décadas de 1960 e 1980, movimentos que buscavam o reconhecimento das diferenças, do respeito e da valorização social.

Para Bethânia Assy e João Feres Júnior (2006, p. 705):

> [...] o conceito filosófico de reconhecimento não significa simplesmente a identificação cognitiva de uma pessoa, mas sim, tendo esse ato como premissa, a atribuição de um valor positivo a essa pessoa, algo próximo do que entendemos por respeito.

Taylor (1994) defende que a identidade do ser humano é formada pelo reconhecimento ou pela falta dele, por isso, uma pessoa pode sofrer um dano real, se a sociedade não lhe der o devido valor. Em outras palavras, o reconhecimento é uma necessidade vital para a humanidade.

Axel Honneth recorre ao pensamento de Hegel para elaborar sua teoria de reconhecimento. O reconhecimento para Hegel é o oposto do modelo maquiavélico-hobbesiano de luta social, em que o comportamento social e individual do ser humano é reduzido à autopreservação. Para ele, a esfera social é o espaço da eticidade onde as relações proporcionam ao sujeito a possibilidade de autorreconhecimento. É na interação com o outro que o ser humano se reconhece como integrante de uma sociedade, respeitado e realizado. (HONNETH, 2009)

Honneth propõe três esferas de reconhecimento: o amor que permite a autorrealização pessoal; o direito que permite uma condição de igualdade em relação às leis, desenvolvendo o autorrespeito; e, por fim, a solidariedade, em que a pessoa é reconhecida como digna de estima social. Para o autor, estas três dimensões do reconhecimento devem andar juntas para um completo desenvolvimento do indivíduo no meio social:

> [...] por mais extensa que possa ser uma tal lista de interconexões no plano da história teórica, ela dificilmente pode provar mais que a grande plausibilidade de uma subdivisão da vida social em três esferas de interação; é manifestadamente óbvio distinguir formas de integração social conforme ela se realize pela via das ligações emotivas, da adjudicação de direitos ou da orientação comum por valores (HONNETH, 2009, p. 159).

Quando há uma experiência de desrespeito, ou seja, quando não há um reconhecimento, “[...] ocorre uma luta em que os indivíduos não reconhecidos almejam as relações intersubjetivas do reconhecimento” (SALVADORI, 2011, p. 191). E são essas experiências de desrespeito que explicam as mudanças sociais, pois quando ocorre a violação a qualquer uma das formas de reconhecimento é que surgem os conflitos sociais.

Segundo Honneth, quando um indivíduo não é reconhecido na esfera emotiva, ou no amor, ele sofre maus tratos, ameaçando sua integridade física e psíquica, quando seus direitos são desrespeitados, ele é privado e excluído de uma comunidade político jurídica e quando ocorre o desrespeito à solidariedade, são os sentimentos de honra e a dignidade que são afetados. Portanto a identidade moral dos indivíduos é, segundo Honneth, formada por uma expectativa de normatização da sociedade, ou seja, é a eticidade que norteia o indivíduo sobre o que é certo ou errado, ou pelo o que ele quer ou não lutar, sempre almejando um reconhecimento integral por parte dos outros membros da sociedade.

A sociedade moderna desenvolveu critérios para diferenciar e classificar os indivíduos que a ela pertencem. Foi passando da honra ligada ao estamento até chegar ao status social, em que os indivíduos são reconhecidos pelo lugar que ocupam na sociedade. Tudo é motivo de diferenciação, a profissão, a casa, o carro, as relações de amizade, os lugares que as pessoas frequentam, enfim, dependendo do lugar que o indivíduo conquista no espaço social, o reconhecimento e o respeito são maiores ou não. Segundo Honneth, a sociedade se constituiu em uma hierarquia social de valores “de modo que ela degrada algumas formas de vida, [...]considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos toda possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades” (HONNETH, 2009, p. 217). E isso causa aos indivíduos uma perda de auto estima social, a ponto de eles se sentirem excluídos da sociedade.

O processo de modernização trouxe muitas conquistas tecnológicas, ampliando o desenvolvimento de parte da sociedade, mas o que era para ser uma melhoria de qualidade de vida para todos, em muitas sociedades, trouxe um maior individualismo marcado pela preocupação com o aumento do capital. Isso se reflete em ações que cada vez mais aumentam a pobreza e, em consequência, as desigualdades sociais.

> Afirmamos que a pobreza, como fenômeno humano, resulta diretamente das decisões políticas. Porém, as decisões políticas são tomadas a partir da racionalidade do capital, já que na sociedade moderna as necessidades humanas estão subordinadas à lógica econômica da rentabilidade do capital. Desta forma, é o homem que serve à produção, realizada somente na medida em que recria o capital em escala ampliada [...] (COSTA, 2005, p. 172 e 173).

Esse contexto histórico do pouco caso com a população, da preocupação com o aumento do capital e da má distribuição da renda, acaba fazendo com que parte das pessoas opte por atividades muito pouco reconhecidas pela sociedade, como única forma de sobrevivência. É o caso dos catadores de materiais recicláveis, que exercem uma função tão importante e ao mesmo tempo tão discriminada socialmente. “No confronto com a realidade em que vivem os catadores, os sentidos de quem delas se aproxima vão sendo impregnados de fortes sensações, imagens e impressões de descaso, desrespeito e desvalor que os acompanham” (MICHELOTTI, 2006, p. 13).

Desse modo, ao investigar a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN, os conceitos de reconhecimento apresentados pelos autores acima, tem como objetivo ampliar a discussão sobre o tema escolhido e diminuir a distância entre a teoria e a prática.

2. CIDADANIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Cidadania é o exercício pleno de direitos e deveres, sejam eles políticos, sociais ou civis, individuais ou coletivos que garantem uma igualdade de direitos. Para Carvalho “O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns direitos. Os que não se beneficiam de nenhum direito seriam não cidadãos” (CARVALHO, 2013, p. 9). No Brasil, segundo José Murilo de Carvalho, a cidadania desenvolveu-se de maneira dependente ao Estado, que ele chamou de “estadania”: “não tem um sentido propriamente cívico, assim como não indica a firmação civil da cidadania” (CARVALHO, 1996, p. 339). A cidadania brasileira foi construída de cima para baixo, sendo a centralização do Estado, a responsável pela obtenção de direitos.

A cidadania no Brasil teve muitos percalços, muitas idas e vindas (pode-se dizer que continua tendo) e ela é, segundo Carvalho (2013) “o peso do passado”. Após a proclamação da sua independência em 1822, o Brasil herdou dos portugueses “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não haviam cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (CARVALHO, 2013, p. 18). Carvalho nos lembra que, a “descoberta” do país foi marcada pela dominação e extermínio de milhões de indígenas. Além de ter tido um caráter unicamente conquistador e explorador, em que o principal objetivo era lucrar com as riquezas que aqui existiam, alimentando o crescente mercado europeu. Não havia uma preocupação com uma cidadania nacional, já que a finalidade lucrativa se destacava, gerando uma grande desigualdade entre os senhores e os outros habitantes, além do fato de que “escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos” (CARVALHO, 2013, p. 21). E foi justamente a escravidão, segundo Carvalho, o fator mais negativo para a cidadania.

> Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822, tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos (CARVALHO, 2013, p. 19).

Os escravos não eram considerados cidadãos, pois, não possuíam direitos civis básicos como a integridade física, liberdade ou a própria vida, já que eram considerados propriedade do senhor, sendo equiparados a animais. A escravidão era tão forte, que tomava conta de toda a sociedade, em todas as classes. “[...] os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos” (CARVALHO, 2013, p. 20). Quanto aos senhores, também não se podia dizer que eram cidadãos. Eles eram homens livres, que possuíam o direito de votar e de serem votados nas eleições, no entanto segundo Carvalho, faltava-lhes “o próprio sentido da cidadania” a noção de que todos são iguais perante a lei. Eles próprios eram detentores da lei em suas grandes fazendas e “[...] a justiça, que é a principal garantia dos direitos civis, em suas mãos, tornava-se simples instrumento do poder pessoal” (CARVALHO, 2013, p. 21). As mulheres e os escravos, estavam à mercê da vontade dos senhores, pois não tinham acesso à justiça para se proteger ou se defender.

Outro aspecto destacado por Carvalho no período colonial, e que muito ajudou no atraso de uma consciência de cidadania no Brasil, foi o descaso com a educação primária. “[...] Se verificarmos que em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada, poderemos ter uma ideia da situação àquela época” (CARVALHO, 2013, p. 23). Não havia nenhum interesse por parte da administração colonial ou dos senhores de escravos pela educação, pois, ela era para eles uma “arma cívica” que não deveria ser difundida entre os escravos ou seus dependentes. Em resumo, a situação da cidadania no Brasil colônia, era precária, pois não haviam cidadãos. “Os direitos civis beneficiam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois, a assistência social estava a cargo da igreja e de particulares” (CARVALHO, 2013, p. 24).

Apesar deste cenário tão desigual, em que apenas uma parte muito pequena da população se encontrava incluída nos direitos civis e políticos, o Brasil passou de colônia para a independência de maneira pacífica. Poucas e fracas foram as manifestações cívicas que aconteceram neste período de transição. O papel do povo na independência do Brasil, não foi decisivo e nem tão importante como nos países da América do Norte ou na América espanhola. Pode-se dizer que o povo não passou de “simples espectador”. Em lugares mais distantes, como no interior do país, a notícia da independência, demorou meses a chegar. Por isso, não se pode dizer, que em

nosso país, a independência tenha sido “[..] fruto de uma luta popular por liberdade” (CARVALHO, 2013, p. 28).

> A independência não introduziu mudança radical no panorama descrito. Por um lado, a herança colonial era por demais negativa; por outro, o processo de independência envolveu conflitos muito limitados. Em comparação com outros países da América Latina, a independência do Brasil foi relativamente pacífica. (CARVALHO, 2013, p. 250)

Essa maneira tranquila, em que ocorreu a transição, segundo Carvalho, apenas contribuiu para a continuidade da estrutura social encontrada na colônia. Apesar da implantação de um governo ao estilo das monarquias constitucionais e representativas europeias, a escravidão permaneceu intocada. Foi ignorada pela constituição, como se ela simplesmente não existisse. E apesar da independência constituir em um avanço aos direitos políticos, a manutenção da escravidão limitava bastante os direitos civis.

A Constituição de 1824, que regeu o país até o final da monarquia, regulava os direitos políticos e definia quem poderia votar e ser votado. Teriam o direito e a obrigatoriedade ao voto, todos os homens a partir de 25 anos e com renda mínima de 100 mil-réis. As mulheres não podiam votar e os escravos não eram considerados cidadãos. Com a Proclamação da República em 1889, as eleições se tornavam cada vez mais frequentes e foram suspensas apenas em casos excepcionais. No entanto, a situação dos brasileiros tornados cidadãos pela Constituição não havia mudado.

> Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal, Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. (CARVALHO, 2013, p. 32)

As eleições eram muito violentas, os votantes eram convocados para as eleições “[..] pelos patrões, pelas autoridades do governo, pelos juízes de paz, pelos delegados de polícia, pelos párocos, pelos comandantes da Guarda Nacional” (CARVALHO, 2013, p. 33). Não se tratava do exercício do direto do cidadão em votar, e sim, do domínio político local. O voto, era apenas o reflexo da dependência e

obediência do votante, ao chefe local. Em muitas cidades, onde a dependência dos votantes em relação aos chefes políticos era menor, o voto era vendido, algumas vezes negociado com mais de um chefe.

Com a lei do voto direto, aprovada pelos deputados em 1881, era eliminado o primeiro turno das eleições e daí em diante não haveriam mais votantes, e sim eleitores. A renda mínima passava para 200 mil-réis, proibia o voto dos analfabetos e o voto passava a ser facultativo. Esse retrocesso nos direitos políticos, que logo se refletiu nas estatísticas eleitorais, foi duradouro, pois a Constituição Republicana de 1891 eliminou apenas a exigência da renda de 200 mil-réis, mantendo a principal barreira, o voto dos analfabetos. As mulheres, mendigos, soldados e membros das ordens religiosas, seguiam sem o direito ao voto. Na Primeira República, não houve uma mudança significativa em relação ao modelo das eleições anteriores, também conhecida como “república dos coronéis”, nela, as práticas eleitorais fraudulentas foram aperfeiçoadas. “Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuavam a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos” (CARVALHO, 2013, p. 42).

No que diz respeito à escravidão, ela estava tão “enraizada na sociedade brasileira”, que não foi tratada com seriedade. A abolição só veio em 1988, sendo o Brasil o último país cristão e ocidental a libertar os escravos. No entanto, em um país onde os valores da escravidão eram aceitos por quase toda a população, após a abolição, poucas pessoas se preocuparam com a assistência aos ex-escravos.

> No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram as suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, com Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura com na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraia para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos. (CARVALHO, 2013, p. 52)

Mais de três séculos de escravidão e o tratamento de exclusão dado aos negros após a abolição, trouxe consequências que duram até os dias de hoje. Essa população

ocupa posição inferior na educação, no emprego, no salário, na ascensão social. Do ponto de vista da consciência da cidadania, segundo Carvalho, as consequências da escravidão não atingiram somente os negros. Não houve e nem há uma igualdade efetiva. Apesar da lei, ainda hoje, essa igualdade não se aplica na prática.

> Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tão pouco fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima (CARVALHO, 2013, p. 53).

Para Elizabeth Jelin (1994), socióloga argentina, que estudou a construção da cidadania na América do Sul na década de 80, na realidade historicamente constituída na América Latina, as pessoas mais pobres raramente exercem ou exigem seus direitos. Apesar de existir uma história de lutas que impulsionaram a expansão da cidadania e dos direitos, parece que a cultura da dominação-subordinação se sobressai. Por isso, é necessário “indagar a construção da cidadania a partir de baixo” (JELIN, 1994, p.41) para compreender de que maneira os que são formalmente definidos como cidadãos entendem e levam adiante as práticas dessa cidadania.

Se podemos afirmar que a cidadania política é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive, podemos então dizer que ela está vinculada à Democracia. No entanto, o que se vê, é o poder de decisão nas mãos de uma pequena elite política, enquanto o exercício da cidadania pelas massas é muito pequeno. Seria então a herança da cultura súdita ou até a paroquial das quais Carvalho falava?

Cabe também aos cidadãos buscarem estes conhecimentos, no entanto, sem informação destes direitos e deveres, muitos não são capazes de exercer essa cidadania. O acesso a estas informações é muitas vezes difícil, ou até mesmo pouco se sabe sobre a existência das mesmas, e nesses casos, em sua grande maioria são as pessoas das classes populares que enfrentam estes problemas. Há uma equivocada sensação de igualdade de direitos previstos pela Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, porém, o acesso à educação, à cultura, à saúde, à segurança e a todos os direitos não são de fato garantidos a todos. E ainda, podemos realmente afirmar que há Democracia de fato?

Mas se a Constituição Federal, lei maior que rege nosso país nos garante uma democracia, uma participação política e legalidade de direitos, o que acontece com

essa enorme parcela de pessoas que não exerce seus direitos? Talvez a simples garantia dessa igualdade de direitos, para a maior parcela da população brasileira, que até saiba da existência dessa Constituição, mas que talvez nunca a tenha lido de fato, a parcela pobre, que não goza de uma educação de qualidade, não tenha acesso a cultura, lazer, que são marginalizados, discriminados, oprimidos, não garanta na prática o exercício pleno de cidadania.

É muito difícil exercer a cidadania em um país onde as pessoas são rotuladas simplesmente por não fazerem parte do ideário elitista. Ou então, ter que conviver com pessoas que utilizam do status social para se diferenciar dos outros. Essa atitude, Roberto Da Matta (1980) trata em um dos capítulos de seu livro “Carnavais Malandros e Heróis”, e ele intitula como “Sabe com quem está falando?”. Não há como as pessoas se sentirem iguais e exercerem seus direitos, em meio a tanta desigualdade, e muitos por não terem conhecimentos plenos de seus direitos civis, sociais e políticos, acabam deixando de lado certas circunstâncias pelas quais deveriam lutar. Para que o Brasil tenha de fato um a Democracia consolidada, e um exercício pleno da cidadania por todos os cidadãos do país, ainda teremos que percorrer um longo e árduo caminho. Embora muito já se tenha conquistado, a conquista precisa ser de fato para todos. As mudanças devem abranger a todos os brasileiros.

No contexto dos (as) catadores (as), a realidade da desigualdade e da dificuldade de exercer a cidadania se confirmam, pois pelo meio de exclusão a que estão submetidos na periferia da cidade, estes trabalhadores encontram muitas dificuldades de gozar plenamente de seus direitos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARCAN

Ao falar de espaço urbano e capitalismo, Harvey (2006) nos mostra o quanto estes dois conceitos estão diretamente relacionados, pois ao concentrar capital, meios de produção e força de trabalho em um determinado espaço, cria-se um processo de urbanização cada vez maior. “O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas, e em todos os aspectos de produção e da troca, e em todo o mundo” (Harvey, 2006, p. 63). A aglomeração humana e as forças produtivas são cada vez maiores nos centros urbanos, porém, o processo de urbanização é determinado conforme as necessidades do capital. E para Harvey, a função do Estado é, criar as estruturas urbanas necessárias para o processo da produção capitalista, os bens e os serviços coletivos necessários para a formação da mão de obra e infraestrutura urbana necessárias para suprir a produção e a circulação das mercadorias. Por isso, é um equívoco pensar que o Estado busca atender e representar os interesses de toda a sociedade, o que acontece de fato, é uma expressão dos interesses da classe dominante.

Para Benincá, 2006, “A cidade hoje é muito mais do que aquilo que se materializa e se vê. Tornou-se uma cultura, um modo de viver, um fenômeno que transcende o tempo e o espaço” (p. 57). Ao mesmo tempo que aproxima, o fenômeno da urbanização também distancia as pessoas. A busca incessante pelo conhecimento e de técnicas que acumulem capital, cria pessoas solitárias na multidão das cidades.

A urbanização do Brasil, se espalhou no século XX, porém, segundo Benincá, as heranças patrimonialista e clientelista e a transformação das cidades em grandes sedes industriais sustentadas com mão de obra barata foram responsáveis pelo fenômeno da favelação.

O Sociólogo Francisco de Oliveira (apud MARICATO, 2000) chamou de “um lugar fora das ideias ou espaços considerados não cidades”, os territórios urbanos ignorados pelo poder público. “Assim, muitas vezes, de um lado fica a cidade planejada e legalizada; do outro, a cidade ilegal e negada (BENINCÁ, 2006, p. 58). E mesmo estando muito próximas estas duas realidades, a cidade legalizada nega e ignora a cidade ilegal.

Nesse cenário de tantas diferenças, consequentemente os que dispõe de poucos recursos são os mais prejudicados. No caso dos catadores/recicladores, a exclusão social, é segundo, Benincá (2006), tanto socioeconômica quanto

sociocultural, pois além de estarem privados dos bens materiais necessários para uma vida digna, ainda enfrentam problemas relacionados a elementos simbólicos e morais. Eles estão entre os segmentos sociais que mais sofrem e sentem os resultados desta acentuada desigualdade e exclusão social.

> Os catadores/as são vistos por muitos como *desagregados* sociais e identificados com títulos imprecisos ou preconceituosos como “catadores de papel”, “papeleiros”, “lixeiros” e “mendigos”. A denominação “papeleiro” é reducionista e não traduz de maneira ampla o ofício que desempenham, dado que recolhem e reciclam diferentes tipos de materiais. “Lixeiro” e “mendigo” são tratamentos moralizantes, depreciativos e estereotipados. “Reciclador” identifica todos os segmentos que trabalham com materiais recicláveis, inclusive empresas privadas. Já a nomenclatura oficial utilizada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é catador de materiais recicláveis. (BENINCÁ, 2006, p.69-70)

Em Erechim, existe a Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), criada em fevereiro de 2001. A associação já foi tema de estudos do Professor Doutor Dirceu Benincá em 2005, e resultou na publicação em 2006 do livro “Reciclando a (Des)ordem do Progresso”. Benincá aborda nesta obra, os desafios que os associados da ARCAN, tem com a exclusão social e com a degradação ambiental, “vistas por alguns, como expressão da desordem e, por outros, como consequência do progresso” (BENINCÁ, 2006, p. 17). Segundo o autor, “Em tempos de acentuada exclusão social, aumenta todos os dias o número de catadores de materiais recicláveis, frequentemente considerados inúteis e não cidadãos” (BENINCÁ, 2006, p. 18).

A ARCAN está localizada no Bairro Progresso, que possui segundo os dados do IBGE (2010), cerca de 3716 moradores. O bairro está separado do restante da cidade, tendo a BR 153 como divisória. Segundo Scolari (2006):

> [...] a população que mora no bairro é pobre, com uma pequena parte vivendo em miséria absoluta, formando um exército de trabalhadores braçais, como serventes de obra, catadores, cortadores de pedra, faxineiras, empregadas domésticas, além de desempregados e pessoas envolvidas em práticas ilícitas como tráfico de drogas, contrabando e roubos” (SCOLARI, 2006, p. 22).

Segundo Benincá (2006), antes da criação da ARCAN, os catadores em sua maioria, trabalhavam no lixão municipal ou como carrinheiros pelas ruas da cidade.

Outros, trabalhavam em funções que exigiam a mínima qualificação como, faxineira, carpinteiro, servente de obras, agricultor ou prestador de serviços gerais, e eram, consequentemente mal remunerados.

O autor destaca, que muitos deles já tentaram outros tipos de trabalho, porém sem êxito, revelando assim, "[...] o dramático quadro de instabilidade econômica e vulnerabilidade social que atinge os indivíduos e grupos em acentuados processos de exclusão [...]" (BENINCÁ, 2006, p. 110). Trabalhando exaustivamente, sendo malvistos e mal pagos, os carrinheiros eram frequentemente discriminados. "Eram acusados de estarem enfeando o centro da cidade e atrapalhando o trânsito" (BENINCÁ, 2006, p. 111). Foi inclusive criada uma lei que limitava a circulação dos carrinhos no anel central da cidade, sendo elaborado pela Secretaria de Cidadania e Promoção Social, um mapa que determinava as "áreas permanentemente proibidas" para a circulação dos carrinheiros.

> Para tal, foram considerados critérios técnicos estabelecidos pela engenharia de trânsito da prefeitura e também, certas reivindicações do comércio central e da população referente a problemas, tais como congestionamento e tumulto no trânsito provocado pelos carrinheiros, ocupação de estacionamentos restritos a automóveis, ocupação de estacionamentos em frente a lojas comerciais por várias horas e, também, a presença de crianças sendo transportadas dentro dos veículos. Ao lado disso, a lei visa a segurança e proteção do condutor, as quais ficam comprometidas, principalmente em horário de tráfego intenso (SCOLARI, 2006, p. 89).

Já os trabalhadores do lixão não possuíam equipamentos de proteção, estando expostos a todo tipo de doença e contaminação, além dos graves problemas de ordem ambiental que o lixão proporcionava. E isso tudo acontecia aos olhos indiferentes do poder público.

Os anos 2000, se apresentam como um "[...] período áureo da globalização capitalista, orientada pela lógica do mercado total" (BENINCÁ, 2006, p. 113). Isso fortalece uma série de problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais, éticos e culturais. No entanto, o que é caracterizado por Benincá como um "dilúvio destruidor", tem em sua contrapartida, uma série de projetos alternativos de emprego e renda, movimentos sociais e organizações populares.

É nesse cenário que a ARCAN começa a ser idealizada. Ela seria a "Arca" capaz de ajudar os catadores a enfrentar o "dilúvio" da exclusão social. A igreja, através do Padre Dirceu Benincá, foi uma das grandes motivadoras, que levaram os

catadores (as) a participarem da criação da ARCAN, pois vários entrevistados na época mencionaram que aderiram ao convite feito pelo padre. Foi então, que no final do ano 2000, o Centro de Educação Popular (CEPO), recebeu a notícia de que o Projeto encaminhado a Fundação Interamericana (IAF), havia sido aprovado, garantindo os recursos para a construção da ARCAN.

Muitas entidades apoiaram a ARCAN, financeiramente e politicamente. Entre elas estão: Fundação Interamericana (Estados Unidos); Missions Zentrale Der FranzisKaner (Alemanha); Sociedade São Vicente de Paulo; Obra Promocional Santa Marta; Centro de Educação Popular (CEPO); Cooperativa de Prestação de Serviços de Educação popular Alto Uruguai Ltda (Coperserviços); Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério do Trabalho; Fundação Banco do Brasil; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Comunidades Eclesiais de Base; Prefeitura Municipal de Erechim ; Câmara Municipal de Vereadores; Movimento de Atingidos por Barragem, bem como escolas, entidades sociais e várias pessoas solidárias à causa (BENINCÁ, 2006, p. 117).

Em 2007, houve a implantação do decreto nº: 3.161/2007 que “regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei 2599, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de local específico para a estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos no Município de Erechim” (Artigo 64, Inciso VII da Lei Orgânica do Município). No entanto, apesar desta obrigatoriedade da coleta seletiva do lixo em nossa cidade, é muito comum vermos e até mesmo escutarmos o descaso da comunidade na separação dos lixos orgânico e reciclável. Os catadores (as) encontram diariamente, vidros quebrados, seringas, além de relatarem problemas de saúde causados pelo lixo.

> [...] todos relatam os problemas de saúde ocasionados pelo lixo. Alergia, fungo, cortes e ferimentos. “O lixo misturado acaba nos machucando. Pedaços de vidro, materiais com ponta e até mesmo seringas. Tem bastante dejeto, material molhado e com mau cheiro”, enfatiza uma das associadas. (Jornal Boa Vista, 16/08/2013)

3.1 CATADORES DE RECONHECIMENTO

Hoje a ARCAN conta com 20 associados, 10 mulheres e 10 homens. Possui uma diretoria composta pelos associados, que conta com presidente, vice-presidente, 2 secretários, 2 tesoureiros e 3 conselheiros fiscais. As eleições se dão a cada três anos em assembleia. Quando surgem problemas, a diretoria organiza reuniões para resolve-los coletivamente. Recentemente, em uma dessas reuniões, foi decidido que um dos associados seria desligado do grupo, pois o mesmo faltava bastante e sem justificativa. Também são feitas reuniões para decidir o ingresso ou não de novos associados. Cabe ainda à diretoria, o controle do caderno ponto, das atas e EPIs (equipamentos de proteção individual), que é feito pelos secretários. A partilha dos ganhos do mês é feita pelos tesoureiros. A quantidade de quilos de material reciclável separada por cada catador é anotada e depois é dividida equivalentemente. Ao conselho fiscal, cabe a fiscalização da prestação de contas de todas as despesas da Associação.

Para a manutenção e melhorias permanentes da estrutura física da Associação, a ARCAN contou com a ajuda em 2016, do Fórum de Erechim, que repassou uma quantia significativa para a aquisição de lâmpadas, a construção do muro que cerca a associação e instalação do sistema de prevenção de incêndios. Para esse repasse, a ARCAN apresentou um projeto de melhorias a serem feitas, que foi aceito e culminou com o repasse de uma parte dos valores adquiridos em multas de trânsito. O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) faz periodicamente a doação de luvas para os associados. Já com relação à Prefeitura Municipal de Erechim, os associados dizem estar enfrentado problemas, pois com a gestão anterior mantinham uma boa parceria, já a gestão atual cortou temporariamente todos os auxílios. “O prefeito não está querendo nos ajudar. Quando fomos à Prefeitura, fomos muito mal recebidos” (entrevistada 8). Os associados contam também com a ajuda de um grupo de professores da URI (Universidade Regional Integrada de Erechim), que faz a doação de cestas básicas.

Uma preocupação frequente dos associados é com a falta de garantias que a atividade de catador de materiais recicláveis oferece. Quando precisam se afastar por algum motivo, seja ele por doença, ou mesmo acidente de trabalho, eles não possuem o amparo de nenhum tipo de benefício previdenciário. Mesmo assim, nenhum deles

paga INSS (Instituto Social de Seguro Social) ou qualquer outro serviço de previdência. Um dos associados que estava afastado pela morte de um filho (que também trabalhava na associação), demonstrou certa preocupação. Ele estava afastado a mais ou menos dois meses, após ter tido depressão pela perda do filho e relatou que o tempo afastado não havia sido fácil, pois sem outras rendas, dependia da ajuda de parentes para sobreviver.

Como mencionei anteriormente, a ARCAN possui atualmente 20 associados, que trabalham em duplas na triagem dos materiais recicláveis. Na ARCAN não existem mais carrinheiros. O material que é recolhido na cidade pela empresa que presta serviço à Prefeitura chega diariamente à Associação. Cada tipo de material é separado em “bags” (espécie de saco grande feito de rafia) e a triagem é feita dentro do pavilhão da Associação. Cada dupla ganha o equivalente ao peso e o tipo de material que foi separado. Nos dias em que há o carregamento dos materiais separados, que ocorre de duas a três vezes por semana, as empresas que compram os materiais vêm até a associação com o caminhão. São os próprios catadores que fazem o carregamento dos caminhões e os bags que já estão separados pelas respectivas duplas, são pesados e despejados na caçamba. No mutirão formado pelos catadores, eles se revezam entre puxar os bags, pesar os materiais em uma balança manual e anotar a quantidade de quilos à sua respectiva dupla. Esse, é segundo eles o dia mais cansativo, pois o esforço é visível. A maioria dos associados não pensa em se desligar da associação, pois, pela baixa escolaridade, não veem a possibilidade de ganhar um salário melhor do que a atividade na ARCAN oferece.

Foram entrevistados nove associados entre os dias 23 de março a 13 de abril de 2017. Para esta entrevista, foi elaborado um roteiro semiestruturado com 12 perguntas que visaram compreender a dimensão do reconhecimento social, que os/as catadores (as) tem sobre si, em relação à comunidade erechinense. Dos nove entrevistados, cinco são mulheres e quatro são homens.

Tabela 01- Perfil por sexo, idade, estado civil, escolaridade e tempo de Associação dos (as) catadores (as).

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	INGRESSO ARCAN
ENTREVIST.1	Fem.	34	Solteira	5ª série	3 Anos
ENTREVIST.2	Masc.	30	Casado	6ª série	1 Ano
ENTREVIST.3	Fem.	50	Casada	4ª série	8 Anos
ENTREVIST.4	Masc.	45	Solteiro	4ª série	13 Anos
ENTREVIST.5	Fem.	33	Casada	5ª série	2 meses
ENTREVIST.6	Masc.	44	Casado	5ª Série	4 Anos
ENTREVIST.7	Fem.	24	Casada	2º ano E. Médio	5 Anos
ENTREVIST.8	Fem.	42	Solteira	7ª série	10 Anos
ENTREVIST.9	Masc.	28	Casado	5ª série	3 Anos

Fonte: Dados Pesquisa de Campo 2017.

A ARCAN teve desde o princípio, o objetivo da '[...] cidadania como um conjunto de direitos a serem conquistados através da organização e da luta" (BENINCÁ, 2006, p. 17), e, por esse motivo, o termo cidadãos faz parte do nome da Associação.

No que diz respeito à consciência ambiental dos (as) catadores (as), Benincá cita que a inclusão do termo *amigos* no nome da Associação se deu, "[...] sob a justificativa de que a expressão trazia a imagem que tinham de si mesmos ao realizarem aquele seu ofício de protetores do meio ambiente" (Benincá, 2006, p. 117). Atualmente, essa imagem de amigos da natureza não se perdeu. "Me sinto bem em passar para os outros através do meu trabalho, a importância de separar o lixo" (entrevistado 4). Todos os entrevistados dizem ter consciência do trabalho que realizam, como sendo uma atividade indispensável para manter a cidade limpa.

Entretanto, apesar da certeza de estarem realizando um trabalho tão importante, sem o qual, se tornaria extremamente difícil e perigoso viver, eles enfrentam diariamente a discriminação e a exclusão por parte da sociedade local. "Sim, a gente percebe que as pessoas ficam olhando de cara torta. Quando vai abrir uma conta, e fala aonde trabalha, as pessoas ficam olhando diferente" (entrevistada 7). Outro associado (entrevistado 2) relatou que recentemente desistiu de comprar em um mercado da cidade, porque ao mencionar sua atividade, o dono do mercado lhe

disse que “Não era vida ficar virando lixo”. Outros mencionaram já terem sido chamados de “lixeiro”, “papeleiro” ou “mendigo” por outras pessoas e que em algumas situações já sentiram vergonha de falar sobre o seu trabalho para os outros. “Me sinto envergonhada ao falar do meu trabalho. Várias pessoas já me chamaram de lixeira, por eu andar suja” (entrevistada 1). “São poucos que valorizam, existe muita discriminação. As pessoas não entendem que isso é um bem para a cidade” (entrevistada 3). Mesmo concordando que o preconceito tenha diminuído, todos os entrevistados relataram ter passado por alguma situação constrangedora, pelo fato de trabalharem na associação de recicladores.

> Mesmo a organização econômica da atividade do catador de matérias recicláveis em associações\cooperativas e sua recém conquistada legalização, não isentam essa ocupação de seguir oscilando entre o reconhecimento e a desconsideração e sendo moldada por fatores tão díspares que vão desde a consciência ecológica da população (a qual abastece os catadores da matéria-prima com a qual lidam e que, para uma parte da sociedade, com ela se confundem) até as especulações cambiais do dólar, as quais acabam por interferir diretamente em seus parcos rendimentos (MICHELOTTI, 2006, p. 14).

O fato de estar permanentemente em contato com o lixo faz com que estes indivíduos sofram um elevado grau de exclusão, sendo obrigados a viver nos locais periféricos, pois, “são frequentemente hostilizados por sua presença incômoda aos outros” (DIAS, 2002, p. 84). O acesso às políticas públicas é bastante restrito, pois pelo fato de morarem em um bairro relativamente afastado do centro da cidade, muitos deles acabam não acessando serviços básico essenciais, como saúde de qualidade, dentista, educação, entre outros. “Precisaria melhorar a saúde, pois está difícil conseguir consulta e remédios” (entrevistado 6). “A saúde está péssima, não tem médicos e nem remédios” (entrevistada 3). Alguns relataram que, quando precisaram, encontraram ajuda no CRAS, como a aquisição de documentos. Já no Posto de Saúde do Bairro, os médicos e os medicamentos são escassos.

Porém, o que realmente incomoda os (as) catadores (as) da ARCAN, é o desrespeito e o descaso que a população local tem com o trabalho que eles realizam. Segundo eles, a grande maioria das pessoas não faz a separação correta, e frequentemente o material reciclável vem misturado à animais mortos ou objetos que apresentam perigo à sua saúde, como cacos de vidro e seringas. “Deveriam dar mais valor, porque tem muitas pessoas que não separam o lixo, as vezes colocam animais

mortos ou colocam vidro e a gente se corta" (entrevistado 6). Boa parte dos materiais que poderiam ser reciclados, acabam se perdendo em virtude de sua má separação. "A maioria não tem a separação correta, tem pessoas que não sabem aonde vai o lixo que sai de suas casas" (entrevistado 9). Percebe-se que que muito além da maneira como são tratados, a dimensão do reconhecimento dos (as) catadores (as) em relação à população local, está bastante ligada ao modo como as pessoas separam os materiais. Para eles, a falta de reconhecimento é refletida na baixa participação da sociedade em relação à separação adequada dos resíduos recicláveis. "Espero que saibam reconhecer o serviço, reconhecimento para o nosso trabalho. A partir do reconhecimento é que vão separar melhor" (entrevistada 7).

Além de diminuir expressivamente a quantidade de material que poderia ser reciclado, os rejeitos misturados, trazem o mau cheiro e a infestação de ratos e baratas no galpão da associação. "É um trabalho muito sofrido, pois ficamos no meio da sujeira e o cheiro é bastante forte" (entrevistada 7). Apesar deste relato, os catadores parecem ter se acostumado com a situação, pois além de fazerem algumas refeições no local, na parada para o descanso, eles se acomodam em cima dos bags, sem se importar com a presença dos animais ao seu redor.

A imagem que tem de si mesmos como protetores do meio ambiente e a consciência sobre a importância do trabalho que realizam, os impulsiona a continuar lutando. Isso nos ajuda a compreender a necessidade do indivíduo em ser reconhecido, pois, se a identidade do ser humano for formada pela falta de reconhecimento, causará a ele, uma distorção da sua própria imagem. Da mesma forma, o ser humano só pode adquirir a autorrealização completa, através da experiência do reconhecimento pelos outros membros da sociedade.

> O nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem a cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade de autoconfiança, ne experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2009, p. 272).

Assim, ao lutarem diariamente por seu sustento, eles acabam lutando também pelo reconhecimento e a valorização das pessoas. Embora ainda sintam a indiferença por parte de algumas pessoas, os (as) catadores (as) não desejam deixar essa atividade, pois segundo eles, “a ARCAN é uma segunda família”. “Me sinto feliz em trabalhar aqui, porque eu gosto do meu trabalho. Isso aqui é minha vida” (entrevistada 3). Os (as) catadores (as) não querem ser enxergados com pena ou preconceito, eles querem ser reconhecidos pelo trabalho que realizam. “Somos trabalhadores comuns e trabalhamos para sustentar a família, como qualquer outro cidadão” (entrevistado 4). O que eles esperam da sociedade erechinense é respeito e reconhecimento pelo seu trabalho e a devida atenção do poder público da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os autores estudados, o reconhecimento é uma necessidade vital para o ser humano. Segundo Honneth (2009), é através do reconhecimento que uma pessoa se sente parte integrante de uma sociedade, pois o sujeito só pode adquirir a autorrealização completa através da experiência do reconhecimento pelos outros membros da sociedade.

Entretanto, vivemos em uma sociedade que carrega consigo marcas profundas de um passado de desigualdades de direitos. O Brasil herdou da colônia portuguesa "[..] uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não haviam cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira" (CARVALHO, 2013, p. 18). As consequências da não consciência de cidadania duram até hoje, pois não houve e nem há uma igualdade efetiva. Apesar da lei, ainda hoje, essa igualdade não se aplica na prática.

Ao mesmo tempo que trabalham para obter a subsistência e contribuem para a limpeza da cidade e preservação do meio ambiente, os (as) catadores (as) de materiais recicláveis são obrigados a conviver diariamente em meio a circunstâncias desafiadoras. Inseridos nos bairros periféricos da cidade, onde a atuação do poder público é deficitária, acabam sendo privados de vários direitos essenciais à dignidade da vida humana.

Apesar de parte da sociedade ter tomado consciência da importância do trabalho realizado por eles, ainda é bem significativa a ocorrência de situações em que os catadores se sentem discriminados e desvalorizados. Segundo eles, o preconceito ocorre em situações cotidianas e acaba deixando um sentimento de exclusão.

A coleta seletiva que aparentemente veio para facilitar o trabalho dos associados da ARCAN, apenas centralizou o serviço em uma empresa privada. Sem poder coletar os materiais na rua, a circulação dos catadores nas áreas centrais da cidade praticamente cessou, diminuindo expressivamente o número de pessoas na atividade.

Ainda assim, com todas essas dificuldades, ao partilharem da mesma realidade acabam fortalecendo sua identidade como grupo que luta coletivamente pela inclusão

social. A certeza de estarem prestando um serviço de extrema importância para a preservação do meio ambiente e consequentemente às pessoas, faz com que eles continuem essa incessante busca pela valorização e reconhecimento do seu trabalho. E segundo eles, esse reconhecimento só será pleno quando toda a sociedade, ou boa parte dela, participar ativamente da separação correta dos materiais recicláveis e, também, quando o poder público municipal der a devida importância à atividade de catador.

A realização da pesquisa, no entanto, levantou a uma questão importante. Qual seria a visão da sociedade erechinese em relação aos (as) catadores (as)? Por que a participação da população na separação dos materiais recicláveis ainda é tão baixa? Acredito que investigar o outro lado da sociedade seria importante para dar continuidade a este trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSY, Bethânia; FERES JÚNIOR, João. Reconhecimento. In: BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Reciclando a (des)ordem do progresso. ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental.** Passo Fundo: IFIBE, 2006.

CARVALHO, José Murilo de**. "Cidadania: Tipos e Percursos"**. Estudos Históricos, 1986

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Coleta Seletiva. Acesso em 28 de agosto de 2016. Disponível em: http://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/349/coleta-seletiva

COSTA, L. C. da. Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social, **in Sociedade e Cidadania desafios para o século XX**I. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1980.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador:** Estudo de trabalhadores que exercem a atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. USP, São Paulo, 2002.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **A limpeza urbana através dos tempos. 2009.**

FESTIVAL Lixo e Cidadania. **A cidade em Jogo:** Catadores de materiais recicláveis e moradores de rua no contexto urbano. 3º Festival Lixo & Cidadania. Belo Horizonte, 31/08 a 05/10 de 2004.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**, São Paulo: Annablume, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

JELIN, Elizabeth. **Construir a cidadania: uma visão desde baixo.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política: São Paulo, 1994. Disponível em: <://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102644519940002000004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 28 de outubro de 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo:** Dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento. Tese de Doutorado. PPGS-UFRGS, Porto alegre, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de "lixo que não é mais lixo": Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de participação coletiva no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Recicladores não recolhem INSS. Acesso em 28 de agosto de 2016. Disponível em: http://www.jornalboavista.com.br/site/noticia/21909/recicladores-não recolhem-inss.

SALVADORI, Mateus. **Honneth, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Revista Conjectura, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 189-192, jan./abr. 2011.

SCOLARI, R.M.D. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de Material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do município de Erechim (RS).** Porto Alegre, UFRGS**,** 2006.

Secretaria de Meio Ambiente entrega EPIS para associações de recicladores. Acesso em 28 de agosto de 2016. Disponível em: http://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/9584/20-03-2015/secretaria-de-meio-ambiente-entrega-epis-para-associacoes-de-recicladores.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. p. 45-94. In. Gutmann, Amy. (Org) **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

***CAMPUS* ERECHIM**

Acadêmica: Denise Barreto dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Tema: Trabalho e Reconhecimento Social

Roteiro de entrevista semi-estruturada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais:

1. Sexo:

2. Idade:

3. Escolaridade:

4. Estado Civil:

5. A quanto tempo trabalha na Associação?

6. Você acredita que a sua remuneração é condizente com o trabalho que você realiza? Por que?

7. Você se sente inserido (a) nas políticas públicas da nossa cidade?

8. Como você se sente quando fala sobre o seu trabalho?

9. Já sofreu algum tipo de preconceito ao falar da sua atividade profissional? Se sim, em que situações?

10. Se você tivesse oportunidade, trocaria de ocupação?

11. Você acha que a sociedade local valoriza e respeita o seu trabalho?

12. Como você espera ser tratado pelas pessoas?

Obs. A coleta de dados foi feita em conversas individuais. Foram entrevistadas 9 pessoas, 4 homens e 5 mulheres de diferentes faixas etárias.